

**521 ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO**

**CONSELHO ESTADUAL DE**

**SAÚDE DE**

**MINAS GERAIS.**

**11 de setembro de 2017.**

Belo Horizonte/MG

Setembro/2017.

**ATA DA 521ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS, REALIZADA NO DIA ONZE DE SETEMBRO DE 2017, NO** Auditório do antigo prédio Bemge, à Rua Rio de Janeiro nº 471, 24º andar – Bairro Centro (Praça sete), em Belo Horizonte – MG

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, no plenário do Auditório do antigo prédio Bemge, à Rua Rio de Janeiro nº 471, 24º andar – Bairro Centro (Praça sete), em Belo Horizonte – MG foi realizada a quingentésima vigésima reunião ordinária do CESMG, com os seguintes pontos de pautas: **14h00** **-** Abertura e verificação do número de presentes; **14h05 -** Leitura do expediente, comunicações, requerimentos, moções, indicações e proposições; discussão e deliberação plenárias sobre as matérias, em pauta; **14h30 –** Apreciação e deliberação do edital que institui o Prêmio Estadual de Boas Práticas em Conselhos Municipais de Saúde para reconhecer e difundir boas experiências relacionadas à gestão de conselhos e incentivo à participação social; **15h00** – Apreciação e deliberação da proposta de resolução que dispõe sobre o repasse de incentivo financeiro aos municípios mineiros, para desenvolvimento de ações de controle social na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS/MG); **15h30** – Apreciação e deliberação do Parecer da Câmara Técnica de Orçamento e Financiamento do RAG 2015. **16h30 –** Apresentação da Coordenação de Doenças Raras. **17h40 -** Informes da Mesa Diretora, Informes das Conselheiras e dos Conselheiros e Mesa de Negociação do SUS, Informes da CIB/SUS-MG. **18h00** – Encerramento. A Mesa foi composta por: Lourdes Aparecida Machado (Secretária Geral), Gislene Gonçalves dos Reis (2ª Secretária), Camila Moreira (3ª Secretária), Renato Almeida de Barros (1ª Diretor de Comunicação), Maria Nazaré Anjo dos Santos (2ª Diretora de Comunicação). A Secretária Geral, justificou a ausência de Ederson Alves da Silva (vice-presidente) em virtude do período de férias. ; **14h05 -** Logo em seguida realizou a leitura do expediente, comunicações, requerimentos, moções, indicações e proposições; discussão e deliberação plenárias sobre as matérias, que foi aprovado pelo plenário a pauta. Ponto 2. Apreciação e deliberação da proposta de resolução que dispõe sobre o repasse de incentivo financeiro aos municípios mineiros, para desenvolvimento de ações de controle social na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS/MG) em pauta. Para esclarecer sobre a questão a palavra foi dada à Camila Moreira (3ª Secretária do CESMG), que pontuou que esse recurso será um incentivo financeiro para os Conselhos Municipais desenvolverem ações de controle social. Foi esclarecido que o recurso será repassado de duas formas, sendo: a primeira um valor fixo que todos os municípios receberão, e um valor variável que receberá o município a partir de uma premiação por experiências exitosas com melhores práticas para valores fixos, variarão de R$ 3.000,00 a R$ 10.000,00 de acordo com o número de habitantes. Para essa segundo valor, foi sugerido dar o nome ao prêmio de “Prêmio Práticas Exitosas dos Controle Social do SUS/MG Conselheiro José Carlos Machado”, que faleceu no ano de 2017, em pleno exercício da função de conselheiro de saúde. José Carlos era conselheiro estadual de saúde de Minas Gerais, representante de usuários pela União Nacional por Moradia Popular/MG. **A proposta de nomear o prêmio com o nome do “Conselheiro José Carlos Machado” foi acatada e aprovada pelos conselheiros e conselheiras presentes. Sobre o valor fixo a ser destinado aos conselhos municipais de saúde, m**anifestaram: a conselheira Adriana Fernandes Carajá (Trabalhadora – SEEMG) que Sugere que seja utilizado CAD CES, SIACS e SIOPS como critério; o conselheiro estadual Erli Rodrigues (representante de usuários pela FADEMG), que lembrou que os conselhos municipais de saúde encontram dificuldade para gastar o recurso, e será importante que a resolução deixe claro, com que será o gasto. O conselheiro estadual Jurandir Ferreira (usuário, CNBB) que recomenda inserir no preâmbulo da resolução se o recurso de onde será a fonte do recurso a ser repassado para os conselhos municipais é referente ao exercício 2017, e sugere que na comissão de acompanhamento dos Trabalhos para parte variável, a figura da secretaria executiva do CES não seja incluída, considerando a quantidade de atribuições que a mesma possui. O conselheiro José Pereira de Souza (usuário, FADEMG) e Terezinha Oliveira (usuária FADEMG), e Rubens Silvério (usuário, FAMEMG) que reafirmou a importância da Secretaria Estadual de Saúde informar qual será a fonte do recurso. Camila Moreira (gestora – SESMG) que a partir da fala dos demais conselheiros sugeriu a criação de uma comissão paritária do CESMG que irá definir como deverá o CMS utilizar o recurso, e que os conselhos municipais de saúde poderão receber visitas “*in locus”* para averiguar o Conselho Municipal de Saúde está colocando em prática o que foi proposto no projeto. Essa visita poderá ser feita por amostragem considerando que o CESMG não terá pernas para atingir os 853 municípios. Outro critério poderia ser a comprovação de que o CMS tenha infraestrutura própria; sala, computador, impressora, telefone; o conselheiro. O usuário Eni Carajá ( MOHAM) sugere que as experiências exitosas seja na área de comunicação e educação permanente e assim que o projeto for finalizado com todas os ganhadores que seja realizada uma amostra das ações. **Manifestou também o conselheiro** Eduardo Araújo (usuário MOHAN). Após manifestações, Proposta de resolução aprovada pelo plenário com uma abstenção, observadas as seguintes recomendações: **a) o** Incentivo parte fixa deverá cumprir a normativa com lei complementar 141/2012; de acordo com a realidade e necessidade do conselho. b) a Parte variável: o Projeto receberá o nome de “Conselheiro José Carlos Machado” e será ações exitosas implantadas nos CMS. c) Será utilizado como indicador cadastrado atualizado no SIACS e CADCES para o recebimento dos valores da parte fixa e variáveis; d) O CESMG elegerá posteriormente uma comissão que irá trabalhar os critérios. PONTO: Érico Moraes Colen (trabalhador da FUNED), solicitou questão de ordem e apresentou a Mesa Diretora um ofício solicitando que o plenário do CES paute questões referentes ao projeto de implantação de parcerias pública privada na referida instituição. Após debate entre os membros presentes, o plenário aprovou que o documento deveria ser inserido no momento dos informes e ao final da reunião o documento foi encaminhado para protocolo na Secretaria Executiva do CES/MG e a Mesa Diretora do CES dará os encaminhamentos que se fizerem pertinentes à solicitação. **PONTO: Apreciação e deliberação do Parecer da Câmara Técnica de Orçamento e Financiamento do RAG 2015:** Foram convidados para compor a Mesa: A conselheira Gislene Gonçalves (Coordenadora da CTCOF) e José Pereira (relator), que solicitou que ficassem de pé os demais conselheiros membros da câmara técnica, Claudete Liz de Almeida (usuária – UGT), Maria Nazária de Souza Arruda (usuria – FAP/MG), Paulo Reis (usuário – Fórum Mineiro de Saúde Mental) e o nome do conselheiro José Carlos Machado (in memoria) foi citado. A coordenadora da câmara técnica Gislene realizou a leitura do parecer de 25/07/2017 “*À Mesa Diretora do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais A Câmara Técnica de Orçamento e Financiamento analisou os Instrumentos de Gestão em cumprimento ao art. 41 da LC 141/2012, após analisarmos o RAG- Relatório Anual de Gestão 2015 encaminhamos ao Plenário a posição da CTOF sobre o referido relatório e propõe que seja encaminhado á Secretaria Estadual de Saúde para conhecimento e esclarecimento solicitados. A CTOF recomenda a aprovação do Relatório Anual de Gestão 2015. Porém observa que várias ações não contemplaram na integra a execução física, orçamentária e índice de eficiência, o que deve ser um ponto de atenção para as próximas execuções. E sugere, assim, que a SES atente na produção dos próximos relatórios, deixando mais claro os apontamentos do parecer em anexo, o qual destacamos: diferenças entre crédito autorizado e despesa empenhada; e os relatórios de restos a pagar . A CTOF solicita revisão periódica para os próximos relatórios, para que todas as ações retratadas nos quadrimestrais durante o exercício sejam contempladas no RAG 2015. A CTOF verificou que quatro ações não foram contempladas no RAG 2015. Participaram desta avaliação as conselheiras e conselheiros: Claudete Liz de Almeida, Gislene Gonçalves dos Reis, José Carlos Machado, José Pereira de Souza, Maria Nazária de Souza Arruda, Maurício Vieira Chaves, Paulo dos Reis Braga. Atenciosamente, Câmara Técnica de Orçamento e Financiamento. Belo Horizonte, 25 de julho de 2017*”. Em seguida a coordenadora iniciou a leitura de um relatório complementar ao parecer e a plenária questionou o fato de não ter recebido o relatório robusto. Considerando os questionamentos da Plenária, foi solicitado que o ponto fosse suspenso da discussão e que o relatório para conselheiros e reagendar a plenária para outra reunião. O conselheiro Jurandir Ferreira (usuário CNBB-Leste) realizou a leitura de alguns pontos que ele levantou e recomenda que seja dado prosseguimento para votação sobre o Relatório Anual de Gestão 2015. Pontua que avaliando o relatório final, ficou muito bem elaborado, mas, que dos 102 pontos, 73 não foram cumpridos e assim não pode aprovar o RAG 2015. Manifestaram sobre o assunto: Mariana Santos (Assessora de Planejamento da SES/MG), que lembrou que o documento que a coordenadora esta lendo foi feito no decorrer das discussões na câmara técnica. O conselheiro José do Carmo Fonseca (prestado – SINGMHOMG) manifestou que não é possível deliberar com o parecer e as demais manifestações dos outros conselheiros. Manifestaram, ainda sobre a questão: Maria Nazaré Anjo dos Santos(usuária FAMEG), José Raimundo (usuário CNBB), Lisandro Almeida ( gestor/SESMG). Foi ressaltada pela Secretária Geral da importância dos conselheiros participarem das câmaras técnicas e levarem suas contribuições nesse espaço. Após manifestação do plenário a mesa submeteu as seguintes propostas de votação. 1) Suspender o ponto de pauta 2) Conduzir o ponto de pauta com o parecer resumido. **Em regime de votação o plenário aprovou pela suspensão do ponto de pauta, aprovação e deliberação do parecer da CTOF sobre Relatório de Gestão da SES/MG 2015**, uma vez que entenderam que precisam de mais subsídios para deliberar sobre a matéria, devendo o relatório complementar da CTOF ser enviado aos demais conselheiros, junto com as considerações do conselheiro Jurandir, "retirados do parecer do Ministério Público de Contas e dos votos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCEMG, no processo número novecentos e setenta e sete mil, quinhentos e noventa (977.590) - Contas do Governador referente ao ano de dois mil e quinze (2015), que também foi convidado para participar da próxima reunião da CTOF, que ficou agendada para ser realizadano dias 19/09 e 20/09/2017. PONTO: Apresentação da Coordenação Estadual de Minas Gerais sobre Doenças Raras**.** A apresentação foi feita pela Senhora Cláudia Pequeno**,** Diretora de redes assistenciais. Em linhas gerais informou que existe atualmente o Núcleo Estadual de Doenças Raras, que trabalha em conjunto com associações com o objetivo de prestar assistência à pessoas com doenças raras, com destaque para atendimento de pessoas com fibrose cística. Ressalta que cinco hospitais no estado fazem atendimento. Credenciamento de serviços são feitos de acordo com Portaria Ministerial nº 199/2014. Os pacientes de fibrose cística estão cadastrados no SIGAR – para recebimento de medicação. Aberto para manifestação dos conselheiros, pronunciaram: Eni Carajá, que informou que a cerca de três anos atrás realizaram o fórum do FOPAD e sugere: que o CRP/Barbacena seja um Centro de Referência de atenção as doenças raras, utilizando os equipamentos públicos já existentes. Foram feitos os seguintes considerações e questionamentos: a) e qual é a política do Estado em relação FUNED em relação ao medicamento doenças raras. Sobre essa questão a representante da SES esclareceu que estão com a proposta de esclarecer o BIPAP por comodato. Pontua sobre a dificuldade que é a execução financeira. Lisandro acrescentou que o fornecedor existente para os referidos aparelhos o SES possuía um débito de 2,7 bilhões de saúde e estavam pagando o ano de 2016. Contudo, a partir de uma reunião do Secretário Estadual com o Governador será liberado recurso para pagamento e reabastecimento BPAB e PPAB para os usuários; b) como se dá o atendimento aos usuários nas unidades básicas de saude. Cláudia Pequeno pontuou sobre a importância do Estado fomentar o funcionamento de serviços de referência para atendimento a doenças raras; c) desafio de fazer um diagnóstico da população com doenças raras, atenção e tratamento. Foi esclarecido sobre o que é a fibrose cística que é feita no teste do pezinho. Aline Esteves (AMAPEM) que pontuou que após saída do coordenador estadual não houve mais contato. Aline questionou o número de pacientes com doenças raras apresentado pelo Estado. Propõe: Elegerem uma comissão do CES/MG para acompanhar as questões das doenças raras. Em relação a FUNED o pleito orçamentário é feito pela própria instituição. Encaminhamento: Criar comissão entre FOPAD e SES para acompanhar as questões. Informes da Mesa: 1ª CEVS 26,27 e 28/09/2017. Como foi retirado Encaminhamento: Retirar uma agenda regular de encontro presenciais e o convite será feito por meio do FOPAD, e aconselheira Aline acompanhará esses trabalhos. PAUTA INFORMES: Lourdes Machado informou que estão sendo enviadas aos conselhos municipais e delegadas à 1ª CEVS/MG as notas técnicas com as orientações para participação, bem como a Programação da CEVS e da 3ª Conferencinha. B) Informou que está em andamento na ESP/MG as atividades da 2ª turma do Curso de Capacitação de Conselheiros Municipais de Saúde, e irá ocorrer até o dia 13/09/2017. Fez apresentação dos novos conselheiros Erli Gonçalves, Terezinha Santos da (FADEMG) e a conselheira da CMP, que substituiu o Sr, José Carlos. A coordenadora da câmara técnica de controle, avaliação e atenção a saude, Bela Ramalho (usuária – Coletivo Bil) chama os conselheiros e conselheiras para integrarem a referida câmara técnica uma vez que a composição está esvaziada, e solicita da SESMG que seja dada condições de melhor infraestrutura para as reuniões do CESMG. Erico Moraes Collen ( trabalhador da FUNED) informa sobre processo de privatização da FUNED e solicitam uma pauta extraordinária do CES para tratar sobre o assunto FUNED. O conselheiro Adolpho von Randown Neto (usuário- Transvida) realizou leitura da solicitação do Conselho Hospitalar Casa de Apoio – Hospital das Clínicas, que trata sobre fechamento de unidade que atende “teste do pezinho” Solicita apoio do CES para que não ocorra o fechamento. Para esta questão a representante da Gestão Cláudia Pequeno esclareceu que a SES está acompanhando de perto e o problema não é só financeiro. A UFMG está com problema na prestação de contas SIAF. A UFMG precisa se regularizar. Essa semana haverá reunião com o promotor Dr. Nélio, que também está acompanhando a questão. O conselheiro Renato Barros informou que a Conferência Nacional de Vigilância em Saúde sofreu alteração na data, e agora será realizada de 28/11 a 01/12 (alteração da data, que incialmente seria 26 a 28/11/2017, em Brasília. Informou que o SIND Saúde realizará assembleia dia 15/09/2017 para discutir a campanha salarial dos servidores do Estado de Minas Gerais. O conselheiro Eduardo Araújo informou que foi novo presidente do Morram em Uberlândia. A conselheira Adriana Carajá informou que no dia 12/09/2017 será realizado na ESP/MG o sorteio dos docentes para o curso capacitação, o sorteio é aberto e chamou a atenção que os municípios não estão participando, mesmo assinando termos de compromisso são assinados termos. A conselheira Romélia Rodrigues ( trabalhadora – SINTSPREV) fez repúdio sobre a forma com a qual a jornalista do conselho foi dispensada. Para esta questão Lourdes Machado esclareceu que foi um processo avaliado pela Mesa Diretora do CES, para que se chegasse a decisão. O conselheiro José Pereira de Souza (usuário- FAMEMG) informou que estará representando o CES/MG na audiência pública na Assembleia Legislativa no dia 13/09/2017. Adolpho lembrou sobre o horário dos informes a plenária está vazia. Lourdes pontuou que essa inversão foi aprovada pelo CES. Jurandir informou sobre gestão compartilhada das UPAs em Uberaba e que verbas dos hospitais regionais estão indo via Pro Hosp. Solicita informações qual é a política do Estado para a gestão hospitalar. Após informes, os conselheiros cantaram parabéns para o conselheiro Jurandir Ferreira que está fazendo aniversário nesta data. Conselheiros presentes e justificativas: Adriana Fernandes Carajá (Titular); Aline Esteves Pacheco (Titular); Davina Márcia S. Braga (Suplente); Maria Aparecida Rosa de Oliveira (Suplente); Gláucia de Fátima Batista (Titular); Bella Ramalho (Titular); Otávio Martins Maia (Suplente); Claudete Liz de Almeida (Titular); Gilson Silva (Suplente); Djalma de Paula Costa (Titular); Erli Rodrigues da Silva (Titular); Flávia Cristine M. L. Catão (Titular); Gislene Gonçalves dos Reis (Titular); Luíz Carlos Ferreira (Suplente); Iris de Souza Almeida (Titular); José do Carmo Fonseca (Titular); José Pereira de Souza (Titular); Daniel dos Santos (Suplente); Júnia Célia de Medeiros (Titular); Jurandir Ferreira (Titular); Lourdes Aparecida Machado (Titular); Lisandro Carvalho de A. Lima (Suplente); Elânia dos Santos Pereira (Suplente); Cyntia Maria dos Anjos Fonseca (Titular); Maria Nazaré Anjo dos Santos (Titular); Terezinha Oliveira da Rocha (Suplente); Marília Aparecida Oliveira (Titular); Maria Nazária de Souza Arruda (Titular); Adolpho Von Rondow Neto (Suplente); Raimundo José da Costa (Titular); Renato Almeida de Barros (Titular); Rogério Matos de Araújo (Titular); Romélia Rodrigues Lima (Titular); Ione Martins Fortunato (Suplente); Maryane Rodrigues Ferreira (Suplente); Kleber Rangel Silva (Titular); Mariana Cristina P. Santos (Suplente); Maria Aparecida Rodrigues Queiroz (Suplente), Camila Moreira Castro (Titular) Justificativas: Ederson Alves da Silva (Titular - Justificou). Nada mais havendo para ser tratado, a reunião foi encerradas 17h50, quando foi lavrada a presente ata, que após lida, e aprovada pelos conselheiros, será assinada pelo vice-presidente e secretário geral do CESMG. Belo Horizonte, 11 de setembro de 2017. Ata lavrada por Eleciania Tavares da Cruz;